PL 453/11

JUSTIFICATIVA

O modelo de crescimento da cidade imprimiu uma dinâmica de ocupação e periferização que levou ao esgotamento de áreas públicas e de terras com baixo valor de mercado, localizadas no anel periférico da cidade, em sua maioria dotada de barreiras geográficas e ambientais, expondo um grande número de pessoas ao risco ambiental e geológico.

Aliado a esses fatores as habitações subnormais expandiram- se nesses locais, combinado com condições sócio econômica de seus habitantes, dado o alto custo da terra, que empurra o cidadão de baixa renda para as áreas mais vulneráveis para a habitação humana.

Com uma expansão basicamente horizontal a cidade viu desenvolver grandes aglomerados habitacionais em locais como fundo de vale, encostas e margens de córrego, colocando milhares de pessoas em constante risco com a vida.

Locais de difícil acesso, sem atendimento de serviços básicos como, saneamento e coleta de lixo tem propiciado o agravamento do risco em função do expressivo acumulo de materiais tanto nos córregos quanto nas encostas.

Há mais de duas décadas favelas e loteamentos irregulares figuram no mapa de áreas de risco da cidade. Tendo nos últimos anos recebido diversos estudos de institutos de geologia e do poder publico, a fim de apontar meios de gerenciar e intervir nesse local, seja com obras de contenção seja com remoção de famílias que habitam essas terras.

Uma das formas de diminuir as ocorrências nessas áreas é o trabalho de prevenção aliado a ação publica, com obras e monitoramento dos setores mapeados. Nesse sentido o presente projeto aponta a necessidade de se aplicar nos locais onde a inexistência da coleta de lixo e da limpeza publica o trabalho localizado que envolva membros da comunidade.

Alem de recolher o material que é depositado nos canais, nas encostas, nas canaletas e em pontos de despejo de lixo, o serviço realizado por pessoas que resida nessas áreas terá ainda um caráter pedagógico, dado sua relação de proximidade com conjunto dos moradores que propiciara a integração com o serviço publico de gerenciamento do risco.